

Academias ao ar livre: mapeamento e análise dos equipamentos disponíveis em Ouro Preto e seus distritos

Sabrina Lellis Nogueira¹, Everton Rocha Soares¹, Renato Melo Ferreira², Bruno Ocelli Ungheri^{1}*

¹Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Educação Física;

²Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação Física.

ORCID: 0009-0007-5496-4664, 0000-0002-7765-5828, 0000-0003-0944-6730, 0000-0003-4827-5874

* e-mail para correspondência: bruno.ungheri@ufop.edu.br

RESUMO

O presente direciona seu olhar ao espaço urbano, propondo-se fundamentalmente a refletir as práticas de lazer e a vocação das cidades. Assim, o objetivo foi mapear a ocorrência, analisar as condições de acesso, o uso e permanência do equipamento Academias ao Ar Livre no município de Ouro Preto e seus distritos. Para isso, utilizou-se como referência as 33 Fichas Catalográficas elaboradas no âmbito do Projeto Extensionista Esporte e Lazer Ouro-pretano (ELO), que foram apreciadas a partir da técnica de análise documental. A investigação apontou a existência de 33 equipamentos, os quais não atendem aos requisitos de segurança, acessibilidade, iluminação, circulação, sanitários, mobiliários e estrutura de permanência. Somado a isso, verificou-se que a presença desse equipamento na paisagem da cidade merece ser revista, dado que sua implementação não precedeu o desenvolvimento de projetos de intervenção, animação e/ ou educação, tampouco se deu a partir de demandas populares.

Palavras-chave: Academia ao ar livre; Avaliação; Equipamento Público; Política Pública.

Outdoor fitness equipment: mapping and analysis of the structures available in Ouro Preto and districts

ABSTRACT

The present study focuses on urban space, fundamentally aiming to reflect on leisure practices and the vocation of cities. The objective was to map the occurrence, analyze the conditions of access, usage, and permanence of outdoor fitness equipment in the municipality of Ouro Preto and its districts. To achieve this, 33 cataloging forms, developed as part of the Extension Project "Esporte e Lazer Ouro-pretano" (ELO), were used as references and examined through document analysis techniques. The investigation identified 33 pieces of equipment, which do not meet the requirements for safety, accessibility, lighting, circulation, toilet, furniture, and permanence structures. Additionally, it was observed that the presence of this equipment in the cityscape deserves to be reconsidered, as its implementation was not preceded by the development of intervention, animation, and/or education projects, nor was it based on popular demands.

Keywords: Outdoor fitness equipment; Evaluation; Public equipment; Public policy.

INTRODUÇÃO

Uma das formas para o enfrentamento das barreiras gerenciais no setor público pode ser exercida a partir do desenvolvimento de parcerias entre instituições públicas, por meio de ações cooperadas e práticas compartilhadas. Na perspectiva de Ungheri (2020), estas parcerias, por exemplo, podem ser estabelecidas entre prefeituras municipais e universidades, por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo o alcance de uma maior eficiência no trato das políticas públicas. Nesse intento, de acordo com Ungheri *et al.* (2021), existe uma cooperação técnica estabelecida entre a Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto (EEFUFOP) e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, referenciada pela ação extensionista denominada Esporte e Lazer Ouro-Pretano (Projeto ELO).

O Projeto ELO, conforme Ungheri *et al.* (2021), tem como um de seus objetivos diagnosticar e analisar o estado de conservação dos equipamentos públicos de lazer e esporte disponíveis em Ouro Preto e seus distritos. As ações deste eixo encontram-se em desenvolvimento desde julho de 2020, através de visitas técnicas realizadas em todo o território do município, por um grupo de trabalho composto por servidores da prefeitura municipal e membros do Laboratório Lazer, Gestão e Política (LAGEP) da UFOP. Nesse ínterim, os dados preliminares chamaram atenção devido ao grande volume de estruturas conhecidas como “Academia ao Ar Livre” (AAL).

Nesse sentido, Silva, Souza e Starepravo (2020) defendem que o principal gatilho para a concepção das AALs foi o desenvolvimento da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), cujo objetivo central se relaciona ao progresso da qualidade de vida e saúde da população brasileira. Cumpre esclarecer que a PNPS foi instituída pela Portaria nº 687 de 30 de março de 2006, considerando a necessidade de implantação e implementação de diretrizes e ações de promoção à saúde condizentes com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o Guia de Academia ao Ar Livre publicado pelo Governo de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2017), que norteia a implementação delas no estado, as AALs são definidas como equipamentos de ginástica instalados em espaços públicos que possuem condições adequadas de acessibilidade. As AALs são destinadas a pessoas com idade superior a 12 anos e, preferencialmente, acima de 60 anos e são compostas por 7 equipamentos e 1 placa orientativa. Segundo o documento, os referidos espaços têm como objetivo ofertar gratuitamente à população local, oportunidades de atividades esportivas e práticas corporais acessíveis, incluindo possibilidades de lazer e interação social. Nessa vertente, Abade (2021) discorre que ao se debruçar sobre a implementação das AALs

como política pública de lazer e esporte, um estudo identificou que, normalmente, as estruturas são compostas de 6 a 12 equipamentos de ginástica, que variam entre simuladores de caminhada, esqui e cavalgada, além de bancos para exercícios dos membros superiores e inferiores. Para além, Hammaschint (2014) apresenta que alguns aparelhos contam com características de exercícios aeróbicos (simuladores de caminhada e esqui), outros com características de exercícios de força muscular, como *leg press*, desenvolvimento, supino, puxada costas e extensão de joelhos, além daqueles com dupla característica (aeróbica e força muscular), como o simulador de cavalgada e a remada.

Ainda sobre o apresentado no guia mineiro (MINAS GERAIS, 2017), o discurso que sustenta a criação desses equipamentos gira em torno da ressignificação dos espaços públicos, por meio da oferta de atividades físicas que combatem o sedentarismo e, consequentemente, reduzem o risco de doenças como hipertensão arterial, diabetes, obesidade e estresse. Em adição, prometem economia de recursos públicos com tratamentos convencionais, por supostamente reduzirem o número de internações e o consumo de medicamentos. Por fim, alega-se uma tentativa de diversificar os equipamentos públicos de esporte e lazer, geralmente destinados ao público adulto, advogando a possibilidade de ofertas específicas para crianças e pessoas com deficiência. Todavia, o próprio guia elaborado pelo Governo de Minas Gerais ressalta que o modelo de instalação atual não contempla equipamentos que são específicos tanto para crianças quanto para pessoas com deficiência. Os dados de 2017 demonstram uma ideia do volume de equipamentos e do montante de recursos aplicados na implementação das AALs, foram investidos R\$ 6,3 milhões via emendas parlamentares para instalação de 296 módulos em 196 municípios mineiros.

De forma complementar, percebe-se que são muitas das pesquisas dedicadas ao estudo das AALs no Brasil, o que demonstra sua capilaridade pelo território brasileiro e a variedade de objetos de análise a serem focalizados por futuras investigações (PINHEIRO e FILHO, 2017; ROCHA *et al.* 2019; MAIA *et al.* 2020; BATTISTEL *et al.* 2021; SILVA e VELOSO, 2021; NECA e RECHIA, 2020). Nesses termos, é imperativo verificar como as AALs têm sido implementadas, bem como se as condições mínimas de segurança e conforto são garantidas para o adequado usufruto da população.

Nesse sentido e diante da alavancagem promovida pelo projeto municipal “Ouro Preto em Desenvolvimento” conforme a notícia “Prefeitura instala academia ao ar livre em Cachoeira do Campo” (PMOP, 2018), para manutenção de praças públicas e espaços de lazer, e, principalmente, pela percepção do grande número de instalação de AALs identificadas, objetiva-se mapear a

ocorrência desse tipo de equipamento no município de Ouro Preto e seus distritos, tendo como desdobramento específico, a análise das condições de acesso, o uso e permanência no mesmo.

MÉTODO

Para cumprir com os objetivos propostos, foi mobilizado o banco de dados permanente do Projeto ELO, em especial as fichas catalográficas individuais elaboradas a partir do mapeamento dos equipamentos de esporte e lazer disponíveis no município de Ouro Preto. Reitera-se que o referido diagnóstico faz parte do escopo de trabalho compartilhado pela Escola de Educação Física da UFOP e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, com vistas ao levantamento de informações que vão da sede do município aos distritos (UNGHERI, 2020). É imperativo mencionar que as ações preconizadas pelo Projeto ELO encontram-se aprovadas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Ouro Preto, conforme parecer nº 3.928.074.

Com isso, desenvolveu-se uma Análise Documental, a partir dos dados elencados pelo trabalho de campo realizado pela equipe do Projeto ELO, composta por um coletivo de 11 pesquisadores vinculados ao LAGEP e 10 colaboradores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto. Contudo, May (2004) pondera que é possível considerar que documentos refletem a realidade (ou parte dela), o que legitima seu uso por pesquisadores e pesquisadoras que buscam correspondência entre o que descrevem e as narrativas sustentadas por arquivos, registros e relatórios.

Nessa esteira, a análise documental se fez necessária de acordo com May (2004), a fim de levantar os dados e sua contextualização histórica, pois tal percurso metodológico justifica-se por seu potencial em informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo, constituindo-se, inclusive, em leituras particulares dos eventos sociais. Para melhor esclarecimento do percurso metodológico, é importante destacar que o coletivo de trabalho mencionado, subdividido em 4 grupos, visitou os 36 bairros da sede e os 12 distritos de Ouro Preto conforme consta no site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, mapeando 183 espaços e equipamentos públicos para a prática de atividades físicas, esportes e lazer, sendo que destes, 33 são AALs. O mapeamento dos locais em que se encontravam as AALs ocorreu no período de 03 de maio de 2021 a 15 de junho de 2021. Cabe ressaltar que nesse período o município de Ouro Preto, como muitas outras cidades brasileiras, implementava restrições e medidas de controle para conter

a propagação da COVID-19. Isso incluía a limitação de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais e restrições ao número de clientes permitidos (PMOP, 2021).

Para além da quantificação dos módulos das AALs, foi aplicado um Formulário de Avaliação das Condições de Acesso, Uso e Permanência nos Espaços, adaptado do Protocolo de Análise dos Equipamentos Públicos de Esporte e Lazer desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLC), da Universidade Federal do Paraná, em 2004. Nessa perspectiva, foram focalizadas as seguintes dimensões: Segurança; iluminação; acessibilidade; circulação; sanitário e lavatório; lavatórios; mobiliário e; estrutura de permanência (Quadro 1).

Quadro 1. Dimensões e aspectos avaliados nas AALs.

Dimensões Avaliadas	Aspectos Analisados
Segurança	Presença de extintores, grades e saídas de emergência
Iluminação	Presença e funcionamento de equipamentos de iluminação
Acessibilidade	Presença de calçada, rampa e corrimão
Circulação	Regularidade, limpeza e presença de obstáculos no piso
Sanitário e Lavatório	Presença de sanitário e lavatório, acessibilidade dos vasos, bancadas e pias
Lavatórios	Presença
Mobiliário	Presença de bebedouros, lixeiras e bancos
Estrutura de permanência	Presença de estrutura de proteção ao sol e chuva, local para alimentação e fraldário

Fonte: Banco de dados projeto ELO.

Os dados foram analisados e distribuídos a partir de 3 categorias de análise, a saber: a) Atende – quando todos os aspectos analisados se fizeram presentes no local; b) Atende parcialmente – quando pelo menos um dos aspectos analisados não fora atendido; c) Não atende: quando todos os aspectos analisados não estavam contemplados.

RESULTADOS

Ao filtrar as AALs, foram contabilizadas 19 academias dentro da sede e 14 nos distritos até a data final da coleta, além de ser possível elaborar um índice per capita de habitantes por AAL no município de Ouro Preto, conforme pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2. Número de AALs e índices per capita em Ouro Preto e seus distritos.

Local	Nº de AALs	Nº Habitantes	Índice
Ouro Preto – Sede	19	34125	1796
Amarantina	1	4079	4079
Antônio Pereira	4	4439	1110
Cachoeira do Campo	4	9510	2378
Engenheiro Correia	0	289	-
Glaura	0	515	-
Lavras Novas	1	1035	1035
Miguel Bournier	0	160	-
Rodrigo Silva	1	1283	1283
Santo Antônio do Leite	0	1664	-
Santo Antônio do Salto	1	1072	1072
São Bartolomeu	1	383	383
Santa Rita de Ouro Preto	1	2121	2121
Total	33	60675	1839
Legenda: índice - quantidade de habitantes por equipamento			

Fonte: Banco de dados projeto ELO.

Em relação aos requisitos de segurança das AALs da sede apenas 1 AAL atende, 7 atendem parcialmente e 11 não atendem, sendo que foram analisados a presença de extintores, grades, alambrados, saídas de emergência, presença de apoio de emergência próximo ao local como polícia, posto de saúde, hospital etc. Já no distrito, apenas 1 atende parcialmente e 13 não atendem. Sobre a iluminação das AALs na sede, foram observadas as condições de posse de postes, refletores,

lâmpadas, quantidades dos mesmos e se eles funcionam. Dentro da sede, apenas 2 atendem a essas necessidades, 6 atendem parcialmente e 11 não atendem. Nos distritos, 4 atendem, 2 atendem parcialmente e 8 não atendem. No requisito de acessibilidade foi verificada a existência de calçada de acesso, de qual material é feito, se possuía inclinação e deformidades, a largura, se é antiderrapante, plano, se possuía guias rebaixadas, piso tátil de alerta para desníveis, se existiam folhas e flores que deixassem o local escorregadio e se possuía bancos na rota, inviabilizando a passagem. Na sede, 2 atendem esses requisitos, 2 atende parcialmente e 15 não atendem. Nos distritos, 3 atendem, 2 atendem parcialmente e 9 não atendem.

Em relação a circulação no espaço, foi examinado se o piso é regular, firme e estável, a largura da passagem, se possui escada, rampa, desníveis que dificultem passagem de cadeirantes, obstáculos para a circulação em geral, comunicação visual interna e se ela está adequada. Apenas uma AAL na sede atende aos requisitos, 17 atendem parcialmente e 1 não atende. Já nos distritos, 5 atendem e 9 atendem parcialmente. Quanto aos sanitários, nenhuma AAL da sede possui, e apenas 1 dos distritos possui e atende às necessidades do público.

No que diz respeito ao mobiliário, foi verificado a existência de telefone público, bebedouro, lixeira e bancos e qual o estado deles. Na sede, 6 atendem parcialmente a eles e 13 não atendem. E nos distritos, 1 atende parcialmente e 13 não atendem. No que se refere a estrutura de proteção e permanência na sede 4 possuem praça de alimentação próximo e 15 não possuem. Nos distritos, 4 possuem praça de alimentação próximo e 10 não possuem. É possível visualizar esses dados em valores relativos para a amostra total no Quadro 3. quando todos os aspectos analisados não estavam contemplados.

Quadro 3. Referencial da Análise Relativa das Academias ao Ar Livre de Ouro Preto e seus Distritos (n = 33)

Dimensão	Critérios			Total
	A	B	C	
Segurança	3,03%	24,24%	72,73%	100,00%
Iluminação	18,18%	24,24%	57,58%	100,00%
Acessibilidade	15,15%	12,12%	72,73%	100,00%
Circulação	18,18%	78,79%	3,03%	100,00%

Sanitário e Lavatório	3,03%	0,00%	96,97%	100,00%
Mobiliário	0,00%	21,21%	78,79%	100,00%
Estrutura de Permanência	24,24%	0,00%	75,76%	100,00%
Legenda: A - atende, B - atende parcialmente, C - não atende.				

Fonte: Banco de dados projeto ELO.

DISCUSSÃO

O presente estudo então tratou de analisar tanto a base da estrutura das AALs, quanto seu entorno, verificando de forma qualitativa o estado de conservação delas. Nesse sentido, os índices avaliados encontraram-se em sua maioria, aquém do desejado para o uso populacional nas diversas dimensões. Fato este que pode interferir ou não na frequência em que os ouro-pretanos utilizam da política pública, sendo este um fator não avaliado devido à coleta de dados ter acontecido de forma concomitante a COVID-19, ou seja, não foi observado ninguém usufruindo das AALs durante as visitas, gerando a dúvida se são locais realmente frequentado ativamente pela população ouro-pretana ou se o dado foi mascarado por conta do isolamento social. Ademais, a pertinência dos dados encontrados servem de pauta para pensar novas políticas públicas no âmbito do esporte.

Nessa esteira, o estudo piloto de Maia *et al.* (2020) desenvolvido na cidade de Bauru (SP), propuseram um modelo de avaliação da qualidade das AALs, evidenciando aspectos relacionados à acessibilidade, conforto, usos e atividades e sociabilidade. Nesse estudo os autores evidenciaram que todas as AALs analisadas (10) foram classificadas como regular ou ruim. Na mesma direção, o trabalho de Anjos e Silva (2021) verificou que a infraestrutura das AALs em Campo Grande (MS) se apresenta deficitária, sobretudo por serem descobertas, não apresentarem banheiros, vestiários, bebedouros e lixeiras, além da falta de conservação dos aparelhos, que age negativamente sobre sua utilização social. De forma geral, ambos os estudos corroboram com o presente, uma vez que 72,73% das AALs de Ouro Preto e seus distritos não possuem bom conceito em acessibilidade e, portanto, não atendem às necessidades para que todos os públicos possam utilizá-las. Destarte, esses resultados ensejam a pertinência de intervenções do poder público brasileiro juntos às AALs, para que essas possam, de fato, entregar o serviço prometido.

Nessa perspectiva, o trabalho de Bettin *et al.* (2018) também mapeou e analisou as condições de uso de espaços de esporte e lazer, dessa vez na cidade de Pelotas - RS e foi identificado que estes locais possuem déficit e precariedade nas infraestruturas de iluminação, assentos, bebedouros e sanitários, sendo que esses requisitos são essenciais para o bem-estar das pessoas que utilizam os mesmos. Apesar do presente resultado, é necessário considerar que ambos os estudos possuem limitação em comum, no qual ocorreram visitas técnicas durante o dia, inviabilizando a análise de funcionamento das instalações de iluminação, sendo identificados apenas a existência e quantidade de postes, refletores, lâmpadas e se estavam quebrados ou não. No entanto, a precariedade encontrada na iluminação, pode impactar negativamente no uso dos espaços, por exemplo, interferindo na segurança e limitando seus horários de acesso. O déficit de sanitários também pode interferir no tempo de uso das AALs, já que numa prática de atividade física as pessoas precisam se hidratar, sobretudo em ambientes que têm exposição ao sol.

O estudo de Abade e Pereira (2021) que avaliou a implementação das AALs na cidade de Belo Horizonte detectou ausência de cuidados relativos à sua manutenção. Para as autoras, a simples instalação das AALs não pode ser tida como solução para promoção da saúde, do esporte e do lazer, lançando luz para a necessidade de programas, projetos, ações e eventos que tragam vida e intenções educativas aos espaços. Nesse ínterim, ainda cabe ressaltar que o processo de instalação e gestão das AALs referenciado para Minas Gerais, conforme o guia mineiro (MINAS GERAIS, 2017), apresenta como 1º passo a recepção dos equipamentos, preparação do espaço e instalação, para somente depois realizar o diagnóstico e planejamento das ações para fomentar a utilização (2º passo), estabelecer parcerias (3º passo) e realizar a divulgação das ações e a programação do espaço (4º passo).

Percebe-se, portanto, uma possibilidade da implementação das AALs ocorrer em local com demanda distinta ao que se propõe, e/ ou mesmo se tornando insuficiente na promoção saúde, esporte e lazer. Em nossa pesquisa, não foi objetivado a verificação da existência ou não de manutenção realizadas pela prefeitura do município, sendo verificado apenas se o espaço se encontrava em manutenção ou não (conservação, limpeza, reparo e restauro do local e seu entorno e dos equipamentos quebrados). Entretanto, é válido dar atenção especial frente ao cenário encontrado. Foram identificados equipamentos em estado precário de uso, conservação inadequada, além do entorno do local apresentar inacessibilidade, repleto de mato, inviabilizando a realização das atividades (5º passo), ou seja, a prática. De forma geral, essas condições refletem falta de segurança do local e impressão de abandono das estruturas, não atendendo, portanto, ao

6º passo do processo de instalação e gestão das AALs de Minas Gerais, apresentado no guia mineiro (MINAS GERAIS, 2017), que defende a necessidade da conservação e manutenção dos espaços e equipamentos.

Não obstante dessas observações, foi possível também perceber AALs implementadas em espaços contendo pisos irregulares e desníveis, sendo que este fator afeta diretamente na circulação do espaço, não sendo acessível a todo público, podendo ainda gerar acidentes durante a permanência e uso das estruturas. Também foram encontradas AALs à beira de barrancos e rios, além de contarem com pisos inclinados, quebrados e dificuldades para acesso e permanência. Um outro ponto que merece destaque é o fato dos espaços e equipamentos visitados não estarem acoplados a outros que possam dar suporte a uma estrutura de permanência, na qual seja acessível alimentação, sanitários, e iluminação adequada. Para as estruturas de permanência mais próximas, observou-se que muitas estão localizadas em locais ermos, perpassando falta de segurança e dificultando a cobrança de manutenção, por não serem tão frequentadas.

Estes fatores mostram um descumprimento do guia de implementação das AALs que apresenta como primeiro passo para sua instalação, a preparação dos espaços. Além de contrapor o guia Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2017) também no sentido de não seguir a recomendação da não instalação delas em canteiros centrais de avenidas, próximo a rios, ribeirões e barrancos. No entanto, ao focalizar a realidade das AALs em Campo Grande (MS), Anjos e Silva (2021) identificaram a existência de 53 polos desses equipamentos, distribuídos em conformidade com a demografia populacional do município, democratizando as oportunidades de acesso às experiências de atividade física no tempo de lazer. Isso se contrapõe aos achados sob a ótica per capita das AALs em Ouro Preto e seus distritos, os quais foram percebidos uma defasagem quanto ao índice per capita que avalia a quantidade de pessoas por equipamentos, não atendendo então nesse requisito à população do município de Ouro Preto.

É importante ressaltar que em nenhum momento das visitas aos espaços foram encontrados profissionais de Educação Física atuando na orientação e prescrição de exercícios físicos. No entanto, é possível pontuar limitações desta observação, pois a coleta de dados foi realizada no momento pandêmico, sendo assim, não se pode afirmar que eles não estão presentes nas AALs e se as manutenções das mesmas não acontecem ou foram suspensas ao longo deste período. Porém, segundo Rocha *et al.* (2019), a ausência de profissionais para mediação das atividades nas AALs foi apontada como fator limitador para o alcance de melhores índices nas políticas públicas que os privilegiam. Além disso, Abade (2017) postula que as pessoas sentem falta do suporte de

profissionais de Educação Física nas AALs, uma vez que realizam exercícios físicos sem reconhecerem suas serventias, a frequência e a forma de execução. Ainda nesse estudo, foi possível perceber a existência de restrições e medos quanto ao uso inadequado que poderia promover estragos e inutilização dos aparelhos.

Ainda nessa perspectiva, o trabalho de Nascimento *et al.* (2020) abordou a percepção dos usuários das AALs, evidenciando que a grande maioria da amostra nunca foi aconselhada a utilizar os espaços pelas Unidades Básicas de Saúde. Além disso, os sujeitos relataram não terem recebido qualquer orientação de saúde no espaço e não terem participado de sua implantação, o que pode contribuir com os baixos índices de engajamento da população no universo pesquisado. Em soma, a pesquisa de Krushelski *et al.* (2011) demonstrou que a correta utilização do ambiente construído pode catalisar importantes resultados na relação entre AALs e promoção da saúde. Os autores identificaram que o público mais frequente nesses espaços dispõe de idade acima dos 50 anos, que percebem resultados positivos vinculados à disposição vital, o bem-estar e a diminuição de dores pelo corpo.

Todavia, o mesmo estudo apontou que a ocorrência de bons resultados se condiciona pelo desenvolvimento de um ambiente construído que seja agradável aos usuários, o que passa pela garantia de um clima com menos sol e temperaturas mais agradáveis, potencialmente alcançado pela presença de sombra e árvores no entorno. Enfatizam também que a possibilidade de realização da caminhada, quando associada ao uso das AALs, amplia a frequência e a permanência nos equipamentos. Por fim, relatam o baixo uso pelas crianças para prática de atividades físicas, recomendando alterações na condição urbana dos municípios para atender as demandas infantis.

Os fatores analisados na presente pesquisa se contrapõem às diretrizes compartilhadas pelo Guia das AALs Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2017), ou seja, a observação das orientações nele contidas parece ser capaz de dirimir os entraves relacionados ao uso dos equipamentos nas diferentes regiões do estado. Dentre os pontos sugeridos, destacam-se: a) oferecer um profissional de Educação Física para mediação de atividades; b) elaborar uma programação de atividades; c) elaborar e aplicar uma ficha de cadastro individual aos usuários; d) elaborar e aplicar uma anamnese; e) recomendar avaliação médica antes de iniciar uma rotina de atividades físicas; f) executar manutenção preventiva; g) instalação de banheiros e bebedouros; h) disponibilização de iluminação adequada; i) evitar instalações em encostas, pontos íngremes e de difícil acesso. Sendo

assim, existe uma necessidade de revitalização desses espaços e equipamentos para que eles realmente cumpram seus objetivos.

Ao avaliar as AALs de Ouro Preto, considerando tanto a sede quanto os distritos, ficou evidente a insuficiência dessas estruturas quanto às condições de uso e permanência. Esses ambientes, de responsabilidade do poder público municipal, mostraram-se aquém dos parâmetros mínimos para estímulo e qualificação das experiências de lazer vinculadas à prática de atividades físicas. Em adição, ressalta-se que sua inclusão na paisagem urbana também merece ser colocada à prova, uma vez que não contempla aspectos básicos de acessibilidade e permanência. No caso de Ouro Preto, dadas as características do relevo territorial, foram observadas instalações que, mais do que inadequadas, parecem gerar riscos à população, caminhando em sentido contrário ao que se espera dos equipamentos públicos de forma geral. É imperativo considerar as limitações do presente estudo. O período de coleta de dados, realizado durante a pandemia de COVID-19, pode ter influenciado a operacionalização da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, estruturas e espaços avaliados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do mapeamento e das análises realizadas, foi possível observar que as AALs do município de Ouro preto e seus distritos apresentam-se deficitárias, pois elas não fornecem adequadas condições de acesso, uso e permanência. Dessa forma, abordar o esporte e o lazer como campo, significa reconhecer seus respectivos papéis na vida social, legitimando a busca pelo desenvolvimento de pesquisas voltadas à compreensão de seus sentidos e significados, nas variadas formas de participação, experimentação e fruição cultural. Fica evidente, então, a necessidade de se conceber espaços e equipamentos públicos que sejam pensados democraticamente, pela lógica de ampliação da aderência social. Nesse sentido, vale a pena pensar na transição entre espaço e lugar, em que o elemento central está no sentimento de pertencimento por parte das pessoas, ampliando as possibilidades de encontro entre as pessoas nas cidades.

Por fim, o estudo abre espaço para o desenvolvimento de novos trabalhos sobre políticas públicas de esporte e lazer, como a identificação de qual a vontade populacional sobre as respectivas pautas, pensando de modo democrático para atender quem vai utilizar estes espaços e equipamentos públicos, além de entender quais locais seriam mais bem implementadas, atendendo os requisitos de segurança, iluminação, manutenção, acessibilidade, circulação, sanitário, mobiliário

e estrutura de permanência. Desse modo, é possível construir uma agenda pública, que considere o protagonismo do esporte, lazer e cultura na construção de ações significativas e efetivas para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ABADE, N. S. N. As academias a céu aberto em Belo Horizonte: interfaces entre lazer e saúde. In: COUTO, A. C. P. et al. (Org.). **Gospel em ação - coletânea das produções do Grupo de Estudos em Sociologia e Pedagogia do Esporte e Lazer**. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG/EEFFTO, 2017, v. 1, p. 59-71.

ABADE, N. S.; PEREIRA, B. A. Análise de uma Política Pública de Lazer a partir da Implementação e Gestão do Programa Academia a Céu Aberto da Cidade de Belo Horizonte/MG. **Licere-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 4, n. 1, p. 510-549, 2021.

ANJOS, V. A. A.; SILVA, J. V. P. Política de promoção da saúde no lazer em academias públicas de Campo Grande-MS, Brasil. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, v. 39, p. 379-387, 2021.

BATTISTEL, J. A.; FLOSS, M. I.; CRUVINEL, A. F. P.; BARBATO, P. R.; FERMINO, R. C.; GUERRA, P. H. Perfil dos frequentadores e padrão de utilização das Academias ao Ar Livre. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 26, p. e0186, 2021.

BETTIN, E. B.; PEIL, L. M. N.; MELO, M. P. Políticas públicas municipais de esporte, lazer e espaços públicos em Pelotas-RS na gestão 2009-2012. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 1, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS**. Revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006.

HAMMASCHIMT, S.; PORTELA, B. S. A utilização das academias ao ar livre como promoção da qualidade de vida dos adolescentes. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: produções didático-pedagógicas**. Paraná: Governo do Estado, 2014.

KRUSHELSKI, S.; GRANDE, D.; WENDLING, N. M. S. Utilização do ambiente construído: academias ao ar livre em Curitiba. **Revista Gestão Pública em Curitiba**, v. 2, n. 2, 2011.

MAIA, M. L.; FONTES, M. S. G. C.; MAGAGNIN, R. C. A qualidade do ambiente físico de Academias ao Ar Livre. **RPER-Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, v. 54, p. 81-91, 2020.

MAY, T. **Pesquisa Social: Questões, métodos e processos**. Artmed, 2004.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Observatório do Esporte. **Guia academias ao ar livre**. Belo Horizonte: SEDESE, 2017. Disponível em:

NOGUEIRA, SL; SOARES, ER; FERREIRA, RM; UNGHERI, BO.

Academias ao ar livre: mapeamento e análise dos equipamentos disponíveis em Ouro Preto e seus distritos. *Revista Saúde, Corpo e Movimento*, ano 3, v. 3, n. 1, 2024. ISSN 2965-4017. Passos (MG).

<https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/publicacoes/cartilhas/guia-academia.pdf>. Acesso em: nov. 2022.

NASCIMENTO, M. M.; IBIAPINA, A. R. L.; SANTIAGO, M. L. E.; MOURA, T. N. B. Academias ao Ar Livre: percepções dos usuários e relação com o serviço de saúde. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 24, n. 2, 2020.

NECA, B. R.; RECHIA, S. Ficar em casa ou ocupar os espaços de lazer ao ar livre? **Licere-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 4, 2020.

PINHEIRO, W. L.; FILHO, J. M. C. Perfil dos idosos usuários das academias ao ar livre para a terceira idade. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 30, n. 1, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO (PMOP). **DECRETO Nº 5.877 DE 08 DE JANEIRO DE 2021**. Dispõe sobre medidas emergenciais a serem adotadas pelo município de Ouro Preto diante do agravamento da pandemia de COVID-19. 2021. Disponível em: https://www.ouopreto.mg.gov.br/transparencia/pages/download_arquivo_prest_contas.php?id=731. Acesso em: ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO (PMOP). **Distritos**. 2021b. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/lista-distritos>. Acesso em: jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO (PMOP). **Informações Gerais**. 2021a. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/informacoes-gerais>. Acesso em: jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO (PMOP). **Prefeitura instala academia ao ar livre em Cachoeira do Campo**. 2018. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/809>. Acesso em: jun. 2022.

ROCHA, R. S.; SILVA, D. B.; POLO, M. C. E.; PAPINI, C. B. Perfil e utilização das Academias ao Ar Livre através da presença do profissional de Educação Física. **Arquivos de Ciência do Esporte**, v. 7, n. 3, 2019.

SILVA, R. S. C.; VELOSO, I. T. B. M. Avaliação da satisfação do idoso no uso de equipamentos de ginástica ao ar livre. **DATJournal**, v. 6, n. 1, p. 179-197, 2021.

SILVA, T. D.; SOUZA, S. S.; STAREPRAVO, F. A. Academia da Saúde, Academia da Cidade e Academia ao Ar Livre nas agendas política e governamental dos estados brasileiros. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 25, p. 1-6, 2020.

UNGHERI, B. O. Do papel ao cotidiano: tecendo aproximações entre a universidade e a cidade em tempos pandêmicos. **Experiência**, v. 6, n. 1, p. 97-106, 2020.

UNGHERI, B. O.; PINTOS, A. E. S.; CAPI, A. H. C.; ALENCAR, G. S.; MIRANDA, P. C. B. Trabalho em rede e intersectorialidade: nas políticas públicas de lazer e esporte de Ouro Preto/MG. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 8, n. 1, p. 18-37, 2021.

NOGUEIRA, SL; SOARES, ER; FERREIRA, RM; UNGHERI, BO.

Academias ao ar livre: mapeamento e análise dos equipamentos disponíveis em Ouro Preto e seus distritos. Revista Saúde, Corpo e Movimento, ano 3, v. 3, n. 1, 2024. ISSN 2965-4017. Passos (MG).

Recebido em: 23/05/2024

Aprovado em: 08/10/2024



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Saúde, Corpo e Movimento é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)